

Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero

Nelissa Peralta
(UFMG)
Edna Ferreira Alencar
(UFPA)

Nos anos 90, com o crescimento do movimento ambientalista e do paradigma do desenvolvimento sustentável (Sachs 1993), pesquisadores, tomadores de decisão, estudiosos do bem estar social e algumas correntes ambientalistas defenderam a adoção de políticas que conciliassem a conservação de recursos naturais com a melhoria das condições de vida das populações locais. Acreditava-se que ao diminuir a pobreza se reduziriam as pressões sobre os recursos cuja exploração de forma predatória era uma ameaça em potencial à conservação da biodiversidade. Segundo Drummond, trata-se de “uma percepção enraizada de que regiões ou países ricos em recursos naturais deveriam ter populações prósperas, saudáveis e felizes” (Drummond 2002:1).

A criação de unidades de conservação (UC) surge como uma forma de garantir a conservação de recursos naturais mas, diferentemente do que ocorreu nos anos 70, quando se excluiu a população humana de UCs como os Parques Nacionais e as Estações Ecológicas, surgem novos modelos de UCs, como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que visam conciliar a presença humana com a preservação de recursos naturais. Entretanto, a manutenção dentro das UCs de populações cuja economia estava fortemente centrada na exploração de recursos naturais desencadeou novas preocupações relacionadas à necessidade de conciliar a conservação ambiental com a qualidade de vida das populações residentes. Estas foram instadas a participar de planos de gestão e uso do território e dos recursos, e estimuladas a desenvolver atividades com baixo impacto sobre o ambiente, participando de programas de educação ambiental e seguindo códigos de conduta norteadores do uso sustentável dos recursos. Dentre esses projetos considerados inovadores e adequados está o Ecoturismo, cujo nome remete a um equilíbrio entre homem e ambiente.

O conceito de ecoturismo tem sido definido como “uma visita às áreas naturais”, estando implícito que a presença humana deve ter o mínimo impacto sobre a biodiversidade. Este conceito nasceu como um desdobramento do conceito de “ecodesenvolvimento” proposto por Maurice Strong e Ignacy Sachs no início dos anos 1970 (Bruseke 1995). O conceito de ecodesenvolvimento, por sua vez, foi o antecessor do conceito de “desenvolvimento sustentável” (Relatório Brundtland

1988), ambos reforçando sempre a idéia de equilíbrio. No cerne dos conceitos de ecodesenvolvimento e ecoturismo havia a proposta de um tipo de desenvolvimento que minimizasse os efeitos negativos das atividades econômicas sobre o meio ambiente e sobre as populações locais. De acordo com a definição da Embratur (1994) “o ecoturismo é a atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. Em teoria o ecoturismo deveria minimizar os impactos ambientais e sociais negativos, mas na prática é possível observar alguns efeitos ambientais e sociais adversos da atividade, que ainda carecem de pesquisas para determinar o nível de atendimento aos preceitos determinados em suas definições. Um desses preceitos é a noção de “bem-estar” social com características multidimensionais, cuja definição deve ir além das medidas mais comuns como a geração de renda e abranger questões mais complexas como o poder de decisão na esfera doméstica (*empowerment framework*), o acesso à educação, o acesso à saúde e aos recursos naturais.

Muitos estudos já demonstraram o potencial do ecoturismo como atividade geradora de renda (Mathieson e Wall 1982; Eagels 1994; Wallace e Pierce 1996; Campbell 1999) para as populações que se encontram em áreas rurais, sendo este um dos principais objetivos dos programas de ecoturismo. A geração de renda muitas vezes é vista como uma forma de promover o desenvolvimento e o “bem-estar” social, justificando a implementação desta atividade em detrimento de outras atividades econômicas. Outras vantagens mais comumente mencionadas como conseqüências sociais da geração de renda são o aumento da capacidade de consumo de bens e, no caso das mulheres, uma mudança no seu papel social que ocorre com seu “empoderamento”¹, principalmente em áreas onde a mulher tem um papel subordinado ao homem e é mais afetada pela pobreza (Boserup 1970; Pearson 1992; Wilkinson e Pratiwi 1995).

A idéia de que o acesso à renda daria maior poder às mulheres nas esferas doméstica e pública foi defendida pelos teóricos do *Women in Development* (WID) ao afirmarem que o processo de desenvolvimento de países do Terceiro Mundo teria impactos diferentes sobre homens e mulheres, já que estas não teriam acesso aos resultados do desenvolvimento. Portanto, haveria a necessidade de integrá-las através da elaboração de políticas voltadas para sua inclusão no desenvolvimento, criando oportunidades para que pudessem usufruir dos resultados dos projetos e contribuir com o processo de desenvolvimento através da sua integração ao mercado. As idéias defendidas pelo WID conseguiram influenciar, politicamente, a ação de algumas agências de desenvolvimento internacionais como a *United States Agency for International Development* (USAID) (Ramamurthy 2000), que apoiou projetos de desenvolvimento voltados a integrar a mulher nas economias de mercado, como é o caso dos projetos de ecoturismo. A preocupação com o envolvimento das mulheres do Terceiro Mundo no processo de desenvolvimento ainda continua a guiar agências de desenvolvimento internacionais e os governos de países do terceiro mundo (Ramamurthy 2000).

E. Boserup (1970), uma das precursoras dos estudos em desenvolvimento que deu ênfase à questão das diferenças entre gêneros, afirma que “obter um trabalho assalariado fora da família contribui para o controle feminino sobre os retornos de seu trabalho e, portanto, para seu poder relativo na alocação de recursos econômicos domésticos” (1970: 23). As críticas dirigidas a esta abordagem teórica foram produzidas por estudiosos que defendem que as relações de gênero na esfera doméstica costumam estruturar o conjunto das relações sociais na esfera pública e política (Kabeer 1994; Sen 1999). Eles afirmam que o tempo, o trabalho e as habilidades das mulheres sempre estiveram presentes no processo de “desenvolvimento” dos países de Terceiro Mundo, mas

que a desigualdade das relações de gênero impediu que a contribuição feminina recebesse reconhecimento e remuneração em termos políticos, sociais e econômicos. Segundo Walzer (1983 *apud* Armstrong 2002), a família é uma fonte de desigualdade, pois impõe a estrutura de parentesco e seus papéis sexuais sobre um número de atividades que não deveriam ser definidas de acordo com as normas de gênero da esfera doméstica. Portanto, a renda da mulher não teria, por exemplo, a mesma conotação de poder que a do homem porque os significados do trabalho masculino e feminino seriam diferentes, já que o papel de provedor e de chefe da casa ainda continuaria com os homens.

Ainda são pouco conhecidos os efeitos das atividades de ecoturismo sobre a alocação de recursos monetários dentro da família, e sobre a maneira como o acesso à renda pelas mulheres afeta as relações entre as gerações e entre os gêneros. Trata-se de questões relevantes para a análise de uma atividade apresentada como “promotora de bem-estar social” e que geralmente é implementada em áreas rurais onde predomina o modo de produção doméstico (Sahlins 2004), baseado no trabalho familiar e nas relações de parentesco (Chayanov 1966).

O objetivo deste artigo é discutir em que medida as atividades de ecoturismo que estão sendo desenvolvidas em duas comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá², com grande participação das mulheres e introdução do trabalho assalariado, conseguem promover o “bem-estar” social da população. O artigo também faz uma reflexão sobre as mudanças que estas atividades introduzem na dinâmica familiar no que diz respeito à organização do trabalho e às relações entre os gêneros. Para entender essas mudanças é necessário descrever o modo de vida da população antes da implementação do projeto; descrever o projeto em si; mostrar as características da unidade doméstica e da dinâmica familiar; falar dos papéis da mulher e do homem e das relações existentes entre os gêneros.

Os dados aqui apresentados resultam de uma pesquisa desenvolvida para a realização de dissertação de mestrado (Peralta 2005) na qual se investigaram os impactos sociais de um projeto de ecoturismo desenvolvido em duas comunidades³ ribeirinhas da região do Médio Solimões⁴. Os métodos de pesquisa utilizados foram a observação participante, com a realização de várias visitas às comunidades, entrevistas abertas e relatos de histórias de vida. No total foram entrevistadas 46 pessoas, entre mulheres e homens adultos, jovens e crianças.

VARJEIROS⁵ E RIBEIRINHOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MORADORES DA RESERVA MAMIRAUÁ

As comunidades de Boa Nova e Jacundá possuem uma população de 158 e 84 moradores respectivamente, que habitam pequenas casas feitas de madeira e cobertas com telhas de zinco ou *brasilite*. As atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores para garantir sua subsistência são a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca para a produção de farinha, de alguns grãos e de banana; a pesca, que é realizada em rios e lagos; e a extração de madeira. A população das duas comunidades possui algumas características do que se conhece como campesinato amazônico (Santos 1980; Lima-Ayres 1992; Fase 2000): uma organização da produção com base em relações de parentesco; a produção é realizada segundo as necessidades de consumo da família; a unidade doméstica tem relações com o mercado e sua renda é gerada através da venda de peixes, de produtos agrícolas e da madeira.

A definição dessa forma de organização social como camponesa deriva de algumas semelhanças encontradas

com formas de organizações sociais camponesas da Europa. Na análise clássica de Chayanov (1966) o termo camponês, enquanto uma categoria social, é usado para se referir ao pequeno produtor rural que tem forte vínculo com a terra, que utiliza pouca tecnologia, que exerce controle sobre os meios de produção e cuja produção é organizada em bases familiares e em relações de parentesco (Chayanov 1966). Na sociedade camponesa não é possível separar as esferas econômica e familiar, dado que a unidade doméstica é ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo. O objetivo desta unidade de produção é assegurar a reprodução física e social da família e, para isso, é de vital importância garantir a reprodução da força de trabalho atendendo a suas necessidades de consumo. A forma de organização social do trabalho baseada na família pressupõe uma multiplicidade de atividades que são divididas entre seus membros de acordo com o gênero e com a idade. Nessa forma de divisão sexual do trabalho cabe aos homens a responsabilidade pelas atividades de produção, como o cultivo de roças, cuja produção é parte destinada ao consumo e parte ao mercado; e cabem às mulheres as atividades que ocorrem na esfera doméstica, como o cuidado com os filhos, atividades consideradas reprodutivas.

Boa Nova e Jacundá, à semelhança de outras comunidades ribeirinhas da Amazônia (Alencar 2002) localizadas em ambiente de várzea⁶, escapam desse modelo de divisão sexual do trabalho, pois embora a caça e a pesca sejam de responsabilidade dos homens e os cuidados com a casa e com os filhos uma responsabilidade das mulheres (Lima-Ayres 1992), ambos participam das atividades agrícolas. As mulheres e os homens realizam diferentes etapas do processo de produção agrícola relacionadas à limpeza da roça (roçagem), ao plantio da maniva, à limpeza da roça, à colheita e ao preparo da mandioca para a fabricação da farinha. Por esse motivo autores como Lima-Ayres (1992) sugerem que entre os grupos camponeses da região do Médio Solimões os trabalhos de homens e mulheres são teoricamente complementares mas, em virtude dos papéis culturais, há maior dependência das mulheres em relação aos homens. Como tradicionalmente a renda é controlada pelo homem, este é geralmente considerado o chefe e o provedor da família, com maior poder de decisão e de controle sobre a força de trabalho da esposa e dos filhos. Ou seja, “embora a mulher tenha um importante papel na agricultura, as roças pertencem geralmente aos homens. A autoridade masculina é exercida principalmente através do controle da produção de mercadorias, do controle da venda da produção e, portanto, do acesso à moeda” (Lima-Ayres 1992: 140). Os trabalhos das mulheres eram vistos como de menor importância por estarem relacionados à esfera doméstica, à reprodução da família, enquanto os trabalhos realizados pelos homens eram mais importantes por estarem ligados ao mercado, com a geração de renda (produtivos). A pouca inserção da mulher no mercado, com fraco acesso monetário, colocava-a numa posição de subordinação em relação ao homem, tornado-a dependente dos mercados como consumidora e do marido como controlador da renda familiar. Portanto, aparentemente o acesso e o controle da renda eram uma fonte de poder dentro da unidade domiciliar.

De acordo com este modelo de divisão do trabalho o homem é o principal provedor do sustento da família, devendo suprir suas necessidades e colocar comida dentro de casa. Embora a mulher realize grande parte do trabalho de produção da farinha de mandioca, como vimos acima, o fato de esta atividade estar mais relacionada à casa, já que é uma produção destinada ao consumo familiar⁷, geralmente faz com que seja considerada como *ajuda* e não como um trabalho produtivo. Ou seja, mesmo quando a mulher participa de um trabalho que, em parte, se destina ao mercado, seu trabalho é visto como uma *ajuda*. A categoria *ajuda* usada para se referir ao trabalho da mulher foi discutida em estudos com camponesas do nordeste brasileiro, como a pesquisa de B. Heredia (1970) realizada na Zona da Mata de Pernambuco. Neste estudo a autora mostra que as atividades da

casa, um campo de atuação da mulher, por estarem ligadas ao consumo e não à produção, não são consideradas como trabalho, mas como *ajuda*, mesmo quando ela realiza atividades que geram renda e se tornam a fonte principal de sustento da família.

Estudos enfocando a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero em populações rurais do litoral brasileiro (Motta Maués 1993 [1977]; Alencar 1991 e 1993; Maneschy e Almeida 2002) e estudos realizados com populações ribeirinhas da Amazônia (Furtado 1990; Alencar 1997, 2000 e 2002) mostraram a recorrência dessa classificação do trabalho da mulher como *ajuda*, remetendo a uma posição inferior e não a um trabalho produtivo em si (Alencar 1991, 1993 e 1997). Isso resultava numa invisibilidade do trabalho produtivo da mulher, mesmo quando ele ocorria de forma complementar ao trabalho do homem.

Nos últimos anos a inserção das mulheres em atividades assalariadas tem lhes garantido não apenas o acesso a uma renda fixa, mas também a possibilidade de se tornarem as principais provedoras de suas famílias. No entanto, o trabalho feminino realizado fora da esfera doméstica, mesmo que seja a principal fonte de renda da família, ainda é considerado, por homens e mulheres, como uma atividade de importância secundária, reforçando a existência de um modelo de relações de gênero marcado pela polarização e assimetria entre os gêneros (Alencar 1991 e 1993). No caso das duas comunidades em análise, a entrada da mulher no mercado, com o acesso a um salário, gerou várias situações de resistência ao modelo dominante, resistências que partiram tanto das mulheres quanto de seus companheiros e demais moradores (Peralta 2005). Para entender como se deu esse processo é necessário descrever brevemente o trabalho de implantação do projeto de ecoturismo na RDSM, principal responsável pelas mudanças referidas acima.

O PROJETO DE ECOTURISMO

A implantação do projeto de ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá tinha como objetivo buscar formas de geração de renda capazes de melhorar a qualidade de vida da população das comunidades situadas na área da RDSM, mas sem que essas atividades resultassem em danos ambientais e sociais. Segundo estudos realizados por vários pesquisadores no início do projeto de implantação da RDSM, a população das comunidades apresentava baixos níveis de qualidade de vida que foram expressos em alguns indicadores: a) altas taxas de analfabetismo⁸; b) renda familiar média anual de R\$ 979; e c) altos índices de mortalidade infantil, que chegavam a 86 óbitos em cada 1.000 nascidos vivos (Moura e Queiroz 2003) – sem mencionar as condições sanitárias e de infra-estrutura comunitária.

Para tentar mudar este cenário, várias alternativas econômicas foram implementadas na área da Reserva, como o projeto de ecoturismo iniciado em 1998 e que tinha como objetivo “promover a conservação dos recursos naturais da área e a melhoria da qualidade de vida da população local” (Peralta 2002). Para atingir tais objetivos, o programa de ecoturismo desenvolveu algumas ações como: planejamento turístico e estudos de viabilidade; implantação de infra-estrutura para receber visitantes que tivesse o mínimo impacto sobre o ambiente; geração de benefícios sócio-econômicos para a população local; promoção da capacitação da população local nas atividades e estímulo a sua organização comunitária; e monitoramento para minimizar os impactos gerados pela atividade (Peralta 2002).

Na infra-estrutura o principal investimento foi a construção de uma pousada de ecoturismo, finalizada em 2001, para receber os hóspedes que visitam a Reserva Mamirauá⁹. Moradores de seis comunidades da RDSM que estão situadas próximas à Pousada Uacari participam das atividades de ecoturismo de várias formas: na prestação de serviços de hotelaria e condução de visitantes em visitas às trilhas e locais de visitaçã¹⁰; no gerenciamento da Pousada; nas tomadas de decisão através da Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM); no fornecimento de gêneros alimentícios para o restaurante da Pousada; na recepção aos turistas quando visitam suas comunidades; na venda de artigos artesanais.

Como o projeto de ecoturismo não foi idealizado para substituir as atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a agricultura, e sim para ser uma fonte de renda extra para a população local, foi elaborado um sistema de rodízio para os 43 prestadores de serviço que trabalham ligados à Pousada Uacari. Ou seja, as pessoas são convocadas para trabalhar dependendo da demanda, do número de visitantes. Esta estratégia foi adotada com o intuito de distribuir ao máximo os benefícios econômicos gerados pela atividade e permitir aos moradores dar continuidade a suas atividades rotineiras. A Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo, formada por prestadores de serviços em ecoturismo (AAGEMAM), é a pessoa jurídica contratada para enviar prestadores de serviço à Pousada. Pelo fato de a Pousada estar distante das comunidades, os trabalhadores precisam pernoitar nela, por isso se afastam da esfera doméstica em média nove dias durante um mês (Peralta 2005). Isso é um elemento de conflito no contexto das famílias quando se trata das mulheres, conforme veremos adiante.

Quando o ecoturismo foi implementado, os espaços de trabalho foram ocupados de acordo com os papéis sociais de gênero tradicionalmente divididos entre a casa e a floresta, ou entre a casa e o rio, embora com algumas exceções. Nesse sentido, as mulheres continuam associadas ao espaço doméstico, pois as atividades que executam estão relacionadas aos cuidados com a casa (como cozinheiras, arrumadeiras e faxineiras na Pousada do ecoturismo), com o cultivo das hortas e cuidados com os filhos. Os homens trabalham como guias nas florestas e nos rios, e realizam as atividades voltadas para o mercado: a pesca e o corte de madeira, controlando a comercialização destes produtos.

Em 2002, primeiro ano de lucratividade do empreendimento, os excedentes gerados foram divididos em partes iguais entre as comunidades. Parte destes recursos (50%) foi destinado ao custeio das atividades de fiscalização comunitária. A partir de 2003 as lideranças das comunidades elaboraram normas de conduta¹¹ e estabeleceram critérios de avaliação para determinar o valor que cada comunidade deveria receber do total dos lucros do empreendimento. Para isso foi criada uma Comissão de Avaliação, formada por um membro de cada comunidade, que ficou responsável pela avaliação do desempenho de cada comunidade em relação às normas de conduta. Assim, o valor percentual do total de lucros que cada comunidade recebe dependerá do desempenho de seus moradores na realização de atividades relacionadas à melhoria de suas comunidades. Um critério estabelecido pela Comissão de Avaliação é que cada comunidade deve elaborar um projeto de desenvolvimento comunitário que será previamente analisado, aprovado e monitorado pela Comissão. Dentre os projetos de desenvolvimento comunitário que foram aprovados por esta Comissão desde 2002 estão a construção de centros comunitários, a compra de rádios de comunicação, a compra de embarcações etc.

Desde que foi implantado em 1998¹² o projeto de ecoturismo já gerou cerca de R\$ 600 mil para as comunidades. E segundo avaliação realizada desse período de execução do projeto, o poder de compra médio por família, por exemplo, aumentou cerca de 148% na comunidade de Boa Nova, que atua diretamente no projeto de ecoturismo (Peralta 2005).

ECOTURISMO E EMPODERAMENTO?

Como vimos acima, uma das mudanças geradas pelo ecoturismo foi o aumento da renda familiar, cujos efeitos geralmente são vistos como positivos; dentre eles podemos citar o aumento do patrimônio familiar e o acesso a bens de consumo. Mas para avaliar o nível de melhoria do “bem-estar” é necessário também utilizar como unidade de análise os indivíduos que compõem a unidade familiar. Estudos recentes demonstram que o acesso à renda tem efeitos diversos sobre os membros que compõem a unidade familiar (Kabeer 1997; Amin *et al.* 1997; Paul-Majumder e Begum 2000), em particular as mulheres. O acesso à renda pode gerar mudanças positivas em suas vidas, como maior poder de decisão na esfera doméstica (Kabeer 1997), acesso à informação e a redes de apoio (Amin *et al.* 1997) e autovalorização (Paul-Majumder e Begum 2000). Entretanto, aspectos negativos também foram apontados, como o aumento da violência doméstica (Paul-Majumder e Begum 2000).

Na pesquisa realizada nas duas comunidades procurou-se conhecer os efeitos do acesso à renda para as mulheres que trabalham no projeto de ecoturismo para avaliar se, de algum modo, existe semelhança com os resultados dos estudos mencionados acima. No decorrer da pesquisa observou-se que houve um aumento da inserção das mulheres no mercado através da realização de trocas comerciais diretas, que ocorre com a venda de produtos que elas mesmas produzem e com o trabalho assalariado. Embora algumas mulheres possuíssem poder de decisão na esfera doméstica antes da implementação do projeto de ecoturismo (Sousa 1997), com o trabalho assalariado elas ocuparam novos espaços na família e na comunidade, conquistando certa autoridade por possuírem uma fonte de renda controlada por elas mesmas. Com o acesso à renda elas adquiriram maior poder de decisão sobre os gastos do orçamento doméstico, antes controlado pelo homem. Mas observou-se que a tendência é investir a renda com o trabalho assalariado na melhoria da qualidade de vida da família, ao contrário do que geralmente ocorre com a renda controlada pelos homens, a qual se destina, em parte, para atividades de lazer relacionadas à afirmação de sua individualidade.

Alguns estudos mostram que mesmo quando as mulheres têm sua própria fonte de renda os gastos que elas realizam tendem a reforçar os papéis sociais que tradicionalmente desempenham, já que esses gastos são voltados para atender às necessidades da família como um todo. Portanto, são gastos que se conformam à identidade feminina (Kabeer 1997; White 1992). Nas unidades domiciliares pesquisadas a grande maioria das mulheres utilizava sua renda para a compra de vestuário para a família, de material escolar, para o pagamento das prestações de eletrodomésticos ou de material para a construção e reforma das casas. Por outro lado, o orçamento dos homens era mais direcionado para as despesas com a alimentação.

Há alguns anos o trabalho assalariado nas comunidades estudadas, que gerava uma renda alternativa, era exercido por homens jovens (Lima-Ayres 1992:151), e o papel de provedor da família reforçava a autoridade masculina através do controle da renda que era gerada pela pesca. Mas esta situação se modificou com a diminuição da produção pesqueira e com a entrada da mulher no mercado de trabalho através do ecoturismo. Embora as mulheres já exercessem um papel importante na atividade agrícola trabalhando nos espaços da roça e plantando frutas e verduras nos quintais para complementar a dieta familiar, a produção agrícola tinha valor de uso e entrava em circuitos de troca não intermediados pelo dinheiro. Com a implantação do ecoturismo essa produção passou a ser inserida nos circuitos de trocas comerciais, antes dominados pelos homens.

A inserção da mulher nas trocas comerciais e no trabalho assalariado, com acesso a renda, alterou o grau

de importância do papel da mulher e do poder aquisitivo da família, e passou a ameaçar o papel do homem como provedor. Portanto, o acesso à renda pela mulher é um importante indicador de mudança social, e uma variável importante para determinar os níveis de qualidade de vida familiar já que as mulheres são as responsáveis pela saúde da família, pela educação dos filhos e por grande parte da compra de patrimônio doméstico. Por isso é necessário acompanhar a variação da renda de acordo com o gênero. Os dados referentes às vendas de produtos agrícolas para a Pousada de ecoturismo demonstram que a venda destes produtos é dominada pelas mulheres, a saber, 81% da venda é feita por elas e apenas 19% destes produtos é vendido por homens. A venda de peixes para a Pousada, por sua vez, é dominada pelos homens, pois 85% dos peixes que são vendidos para a Pousada são vendidos por homens.

Tabela 1: Renda da venda de produtos de acordo com atividade econômica e gênero (1999-2005).

%	Mulheres	Homens	Total
Feira	81%	19%	56%
Peixe	15%	85%	44%
Total	52%	48%	100%

Embora o trabalho das mulheres fora da casa seja uma importante fonte de renda para a família, sua entrada no mercado afeta as relações de poder no espaço doméstico e gera situações de conflitos na esfera doméstica. Os homens se sentem ameaçados em seu papel de provedores da família, já que os papéis sociais de gênero são orientados pelo modelo cultural dominante. Segundo Alencar (1993), “muitas vezes a participação das mulheres em atividades [...] geradoras de renda pode ser uma ameaça à honra do homem, na medida em que este passa a não exercer seu papel social de provedor, pois o papel de provedor está associado à honra, categoria social presente em sociedades tradicionais” (Alencar 1993:69). A decisão de continuar trabalhando, mesmo com os problemas conjugais, não é vista de forma positiva por homens e por outras mulheres da comunidade. Para alguns, a mulher trabalha porque o homem “manda” ou “permite”, uma interpretação que tende a ver o trabalho da mulher como uma ajuda, ou seja, de importância secundária em relação ao trabalho do homem. Nesta perspectiva, o fato de algumas mulheres trabalharem fora passa a ser visto como o cumprimento de uma determinação, de uma ordem do marido diante de uma situação provisória de atender a uma necessidade da família. Também mostra como o grupo procura se adequar à realidade e minimizar as consequências que o trabalho da mulher acarreta para o papel do homem na sociedade. E por ser uma determinação do homem, caberia a ele controlar o desempenho da mulher, e até proibi-la de trabalhar fora. Um exemplo desse tipo de situação é o caso de uma mulher que foi criticada pelo gerente da Pousada por não ter tido um bom desempenho no trabalho. Diante disso o marido, sentindo-se muito contrariado, convocou uma reunião com o gerente da Pousada para dizer-lhe que ele não tinha o direito de recriminá-la, pois o homem (marido) é o responsável por sua esposa. E como foi ele quem mandou a esposa trabalhar na pousada, quando ela fizesse algo de errado o gerente deveria chamá-lo para conversar, e não repreendê-la diretamente.

Este tipo de situação é semelhante à encontrada em alguns grupos camponeses onde estudos mostram

que o homem tem o direito de vetar as atividades econômicas das mulheres e de controlar o trabalho feminino (Amin 1995; White 1992; Lima-Ayres 1992), e mostra que o homem considera a mulher como sua subordinada e não aceita que ela seja subordinada a outro homem, pois isto pode ferir sua autoridade ou sua honra, ao menos na esfera pública. Ou seja, o poder masculino exercido sobre a mulher na esfera doméstica é replicado também na esfera pública. Também mostra que o acesso a e o controle da renda não é o que garante poder na esfera doméstica, pois mesmo quando a mulher é a provedora da família, o homem continua a exercer sua autoridade.

ACESSO À RENDA E MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO DOMÉSTICO

No universo camponês a casa é o centro das atividades familiares: espaço de socialização e de sociabilidade; de religiosidade; de cuidados com a saúde; e de reprodução alimentar, componente do “campo feminino” (Woortman 1991). A ausência da mulher da esfera doméstica para realizar trabalho assalariado afetaria este centro de atividades familiares, pois ela deixa suas tarefas a cargo dos homens, das filhas mais velhas que passam a assumir grande parte do papel de donas-de-casa, ou de outras mulheres com as quais possui laços de parentesco.

“Quando a mulher sai e o marido fica, a dificuldade em casa é que o homem não é como a mulher. A casa fica sem dono. Eu queria que o trabalho fosse para mim. Pelo menos ela ficava em casa. Hoje ela que tá me sustentando!” (Homem, 54 anos, agosto de 2004).

“Ele só não lava roupa porque ele tem vergonha. Quando minhas filhas mais velhas foram viajar e eu vim para o ecoturismo ele ia para a beira do rio e lavava roupa escondido de noite” (Mulher, 26 anos, agosto de 2004).

As críticas são feitas pelos maridos, por outros membros do grupo doméstico e por outras mulheres, e têm como objetivo pressionar a mulher para que assuma suas responsabilidades na esfera doméstica, onde ocorrem as atividades consideradas como naturalmente femininas e que não podem ser realizadas pelos homens. A crítica é mais severa quando os filhos são pequenos, pois as atividades de maternagem são consideradas como naturalmente femininas. Ao romper com este papel as mulheres são vistas como transgressoras e também como uma ameaça à reprodução do grupo doméstico, já que não garantem a reprodução do cotidiano (Massi 1992). As mulheres mais velhas são as principais críticas das mulheres mais jovens que deixam suas casas e seus filhos para ir trabalhar fora. Para elas o trabalho fora da casa, mesmo com a concordância do marido, é um ato de infração das normas e dos valores tradicionais.

“Os filhos ficam sem rumo. Os meus não porque já estão todos grandes (...) Já tomam conta deles mesmos. Mas quem tem filhos pequenos que ficam em casa, não é muito bom não. Porque eu tenho meio dificuldades com meus filhos que já são grandes, já achavam meio estranho quando eu chegava em casa. Teve um tempo que eu chegava em casa e filho não escutava mais o que eu falava não. Podia falar com eles, eles faziam de conta que viviam à toa, sem ninguém” (Mulher, 40 anos, janeiro de 2005).

“Tem gente que trabalha no ecoturismo e as crianças ficam na rua (...) – os pais ficam fora e não tem quem cuide delas. Não sabem nem fazer uma comida. Eu acho que se o pai trabalha, a mãe não devia trabalhar. Devia ficar em casa cuidando, ou o contrário. Ou então deixar alguém cuidando da casa dela. Tem criança que está sofrendo porque as mães estão trabalhando fora. O ecoturismo foi muito bom, mas tem também muita gente perdida, na perdição, porque não souberam trabalhar. Estão se separando, porque não entendem o trabalho” (Mulher, 53 anos, setembro de 2004).

Quando a mulher conta com a ajuda de seu grupo de parentesco e encontra alguém que a substitua no trabalho doméstico e no cuidado com os filhos, sua ausência tem efeitos menos negativos sobre a família, e ela não sofre tantas críticas. Isso nos remete à importância das relações de parentesco sobre qualquer aspecto da vida social da comunidade camponesa. O parentesco é o fator ainda mais importante para determinar se as mulheres são ou não apoiadas em suas incursões na esfera do trabalho assalariado, e suas conseqüências. Em situações extremas elas podem contratar outra mulher para cuidar dos filhos, mas esta solução também não é aceita pelos homens porque resolve apenas parte do problema.

Como homens e mulheres vêem os papéis de gênero como fixos, quando a mulher assume o papel de provedora, e o homem assume atividades na esfera considerada naturalmente feminina, eles contrariam o modelo dominante de divisão sexual do trabalho e de poder dentro da esfera doméstica. Assim, quando os homens realizam tarefas consideradas femininas como lavar roupa e cuidar dos filhos e da casa, por exemplo, sentem que sua honra está sendo afetada porque isto demonstraria para a comunidade que não têm poder sobre a mulher, que não têm capacidade de governar a mulher e, por conseguinte, de sustentar a família. No esforço de manter sua autoridade e sua honra eles passam a exigir que as mulheres assumam o seu papel na casa, e este tipo de cobrança geralmente resulta em conflitos domésticos. Os conflitos acontecem tanto por causa de mudanças na postura feminina na esfera doméstica, quanto por causa de fofocas e ciúmes. Na visão dos homens, quando as mulheres saem da esfera doméstica e começam a trabalhar fora de casa, elas retornam à esfera da casa com outro tipo de atitude. Aparentemente, a “falta de respeito” ou um “modo diferente” da mulher podem representar uma contestação feminina à subordinação e à autoridade masculina.

“Do tempo que começou para agora tem esse descontrole, muita discussão, não tinha quase respeito. Achei difícil essa falta de respeito, muitas mulher já se deixaram. A mulher chega de lá de um modo diferente, com ignorância. (...). Eu só ouvia discussão. O trabalho é bom, mas se endireitar” (Homem, 49 anos, agosto de 2004).

Algumas mulheres que tiveram problemas na família depois que foram trabalhar na Pousada, principalmente com os maridos, tentaram se adaptar aos problemas não desistindo do trabalho. Mas aquelas que são muito pressionadas pelos maridos acabam abandonando o trabalho, caso o marido garanta suprir as necessidades da família. Ao abandonar o trabalho elas buscam amenizar os conflitos domésticos e escapar das críticas feitas pelas mulheres mais velhas, mas de certa forma elas estão contribuindo para a continuidade do modelo cultural e do *status quo* masculino.

“Problemas que dá [ecoturismo] é entre esposos e mulheres. Tem que estar de acordo com o trabalho, pode ter desentendimento na família, quando não avisa por exemplo o esposo e sai para trabalhar, pode causar problemas. Lá o sistema é difícil. Se for pelas ilusão pode acontecer um atrapalho na família, quem sofre são os filhos. Tem que ter responsabilidade. Quando a gente trabalha com grupo a gente tem que ser mais segura senão a gente cai do galho” (Mulher, 32 anos, setembro de 2004).

“A minha sogra falou para eu abandonar o trabalho porque ele [o marido] não gostava. Eu disse: Eu não! É mais fácil eu abandonar ele do que meu trabalho, pois é de lá que eu tiro o que comer e beber.”

Os comportamentos das mulheres que continuam a trabalhar na Pousada contra a vontade dos maridos são considerados impróprios, principalmente quando resistem às críticas e à pressão e buscam a separação. Nestes casos elas são apontadas como culpadas pelos conflitos domésticos e pelo fim do casamento, mas indiretamente elas estariam agindo sob a influência do ecoturismo. Essa interpretação fica evidente quando os moradores das comunidades começam a fazer uma relação entre conflitos domésticos, a separação de casais e o trabalho assalariado na Pousada. As pessoas consideram que o projeto de ecoturismo teve influência sobre as mudanças que ocorreram na esfera familiar, pois em alguns casos potencializou conflitos familiares, já que provocou uma mudança na atitude feminina. Isso pôde ser constatado por ocasião de uma entrevista realizada com o objetivo de selecionar pessoas para trabalharem como guias para a Pousada. Foi aplicado um questionário aos candidatos com a finalidade de averiguar se eles sabiam escrever. Uma das perguntas era: o que é ecoturismo para você? Um dos candidatos respondeu: “É um separador de famílias”. No entanto, algumas pessoas entrevistadas durante a pesquisa afirmaram que o ecoturismo em si não é visto como prejudicial para as famílias, e que a culpa pelo fim do casamento não seria do ecoturismo, mas das próprias mulheres. Na sua interpretação ecoturismo é uma coisa boa.

“Os turistas não mandam ninguém separar do marido (...), o que é ruim é que as pessoas não entendem, quem *anda muito* [se afasta da esfera doméstica] e quer deixar o marido, não é culpa do emprego, é culpa da pessoa”.

A pesquisa realizada nas duas comunidades mostrou que para algumas mulheres a conquista da independência financeira lhes deu a opção de se separarem de seus maridos, caso estes não “façam falta” para elas, quando estes não cumprem com seu papel de provedor, ou quando são vítimas de violência.

“Agora eu tô sozinha, tenho certeza que eu vou viver melhor. Ele ameaçava tocar fogo. Eu queria que ele ajeitasse a casa, ter as coisas. Ele nunca me ajudou. Roupa, calçado, tudo eu que compro. Comprava até para ele, rancho. Depois que eu me separei nem dei falta dele por causa de dinheiro” (Mulher, 30 anos, setembro de 2004).

“Eu prefiro trabalhar porque a gente não depende do marido, qualquer coisa que quer comprar paga com nosso dinheiro. Porque se é para comprar com salário do marido tem que combinar antes e ele não quer

comprar. Eu compro rancho, coisas para mim e para meus filhos” (Mulher, 27 anos, agosto de 2004).

Nas comunidades estudadas acredita-se que o aumento dos conflitos se deve principalmente à mudança do papel do homem como provedor central, afetando a sua “honra”; aos ciúmes dos maridos em relação às mulheres que trabalham fora, pois estas são alvos de fofocas dos moradores das comunidades; e à mudança na postura da mulher que ganhou maior poder de decisão na esfera doméstica. De acordo com Hindin e Adair (2002) a violência pode ser maior nos domicílios onde as mulheres desafiam a identidade masculina de provedor. A mudança dos papéis sociais e das relações de gênero que está acontecendo nas duas comunidades estudadas não é um fenômeno isolado, mas é recorrente em várias partes da Amazônia (Woortman 1991; Simonian 1997; Alencar 2000, Machado 2002). As mulheres entrevistadas explicam que os conflitos domésticos já aconteciam muito antes do início do trabalho com o ecoturismo. O ciúme, os problemas com a bebida e a violência familiar já estavam presentes no cotidiano das mulheres, e o trabalho assalariado seria apenas uma nova variável na situação.

“Isso que tá acontecendo não é só com a gente, não. No mundo inteiro as mulheres tão se separando, não querem mais sofrer abuso. Eu sempre sofri abuso de marido, mesmo antes do ecoturismo. Mas não tinha o que fazer porque ele é que sustentava a gente” (Mulher, 25 anos, janeiro de 2005).

Os exemplos acima mostram que o acesso da mulher à renda, principalmente quando o trabalho feminino se torna a principal fonte de renda da família, é um fator está presente na dinâmica interna das famílias, podendo afetar relações de poder e de autoridade (Goldani 1994; Carvalho 1996; Merrick e Schmink 1983; Carvalho 1998). Mas o sustento econômico, ou chefia econômica da família pela mulher, não necessariamente corresponde a uma mudança nas relações de poder e de autoridade dentro da família. Ou seja, quando se trata da questão da autoridade e do poder domiciliar, o fato de a mulher ser a principal provedora da família não rompe com o modelo padrão da família conjugal e nuclear e com a chefia masculina. No caso das comunidades Boa Nova e Jacundá fica evidente que o acesso à renda não significa que as mulheres estão se libertando dos aspectos repressivos e restritivos de uma cultura machista (Mosses 1993). Aparentemente, o acesso à renda e a maior independência econômica teve algumas implicações sobre as relações entre gêneros. Em alguns casos a independência econômica da mulher resultou em conflitos familiares.

“Eu digo assim, porque as pessoas nunca trabalharam assim para ter dinheiro. Só dependiam do marido, e depois não, que começaram a pegar aqui as mulheres, elas ficaram mais dependentes delas mesmo. ‘Ah! Tô nem aí pro marido, não me dá falta, eu largo’. E tem pessoas que se deixam porque estão cansadas de sofrer, e [porque eles] batem nas mulheres, essas coisas” (Mulher, 40 anos, janeiro de 2005).

A diferença na importância do trabalho entre os gêneros tem implicações que extrapolam a esfera doméstica e alcançam outros domínios. Para algumas mulheres o acesso à renda também está relacionado à ocupação de espaços não apenas na esfera doméstica como na vida política da comunidade. Elas têm maior participação nas reuniões comunitárias, nas tomadas de decisão sobre a alocação dos recursos do orçamento doméstico e maior controle sobre o planejamento familiar e a educação dos filhos. Isto não necessariamente foi resultado do acesso

à renda, mas uma combinação deste com a saída da esfera doméstica para ocupar espaço na esfera pública, com o acesso à informação, com o desenvolvimento de habilidades interpessoais e oportunidade de tomada de decisões independentes.

As mulheres envolvidas com o projeto de ecoturismo demonstraram valorizar o que chamaram de “conhecimento” com as pessoas, ou seja, a oportunidade de conhecer outras pessoas fora da rede familiar, o que tradicionalmente era um privilégio do homem. Sua participação no projeto de ecoturismo lhes deu maior mobilidade e oportunidade de inserção em outras esferas sociais e lhes permitiu estabelecer as suas próprias redes de relações sociais, realizar troca de informações e conhecimentos, construir redes de solidariedade e de segurança. O aumento do acesso à informação e às redes de apoio já foi apontado como um dos efeitos do trabalho assalariado na vida das mulheres (Amin *et al.* 1997) o que, por sua vez, resulta também na valorização pessoal (Paul-Majumder e Begum 2000). Os resultados desta pesquisa demonstram estes mesmos efeitos. O relato de uma informante resume bem a importância destas novas redes de comunicação e de apoio na vida das mulheres:

“Eu acho que era muito difícil porque as pessoas viviam na roça, não tinham conhecimento com ninguém. Não tinha intimidade com ninguém. A gente vivia modo abandonado, a gente só conhecia os próprios moradores. Não era muito bom porque não tinha desenvolvimento com o pessoal de fora. A gente não tinha intimidade nem com outras comunidades do Setor. Depois do ecoturismo foi clareando um pouco, já conhecemos um pouco as outras comunidades” (Mulher, 43 anos, agosto de 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nas comunidades Boa Nova e Jacundá mostrou que o trabalho assalariado e o acesso à renda garantiu às mulheres uma independência econômica e o acesso a novas redes de comunicação, contribuindo ainda para uma mudança de atitude em relação ao seu papel social. No entanto ainda é muito difícil para as mulheres se desvencilharem do papel tradicional que lhes é atribuído pelo modelo cultural dominante. Isso fica claro quando se observa que muitas lideranças femininas que atuam na esfera pública, na organização política das comunidades, têm seu poder de atuação delimitado pelo marido, ou seja, atuam apenas com a permissão destes. Isso demonstra que ter uma independência econômica pode garantir sua emancipação ou empoderamento nas tomadas de decisões na esfera familiar, mas nem sempre significa independência e autonomia no exercício de certos papéis sociais ou na ocupação de certas funções na vida pública das comunidades. Ou seja, o “empoderamento” das mulheres será atingido quando as desigualdades entre os gêneros forem modificadas estruturalmente, e a mulher tiver o controle do seu próprio trabalho, do seu tempo e puder participar como sujeito político das decisões que envolvem o futuro de suas comunidades sem precisar do aval de seus esposos.

Nesse sentido, a pesquisa mostrou que as mulheres das comunidades Boa Nova e Jacundá estão tentando ocupar um espaço na vida social e política das comunidades; estão tentando construir uma nova identidade de gênero que seja marcada pelos papéis que desempenham como mães, esposas e filhas, mas também como participantes dos processos de gestão da vida política das comunidades e nas tomadas de decisão que envolvam

a gestão da RDSM, colocando-se como um sujeito político com atuação fora da esfera doméstica. Por vezes elas procuram aliar-se a outras mulheres que passam por situações e problemas similares para, desta forma, tentarem obter certo grau de legitimidade do seu novo papel e, assim, contribuir para mudanças e uma maior reflexão das pessoas sobre as desigualdades entre gêneros.

Agradecimentos

Agradecemos aos moradores das comunidades estudadas, ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que financiou a pesquisa, e à CAPES pela bolsa de mestrado.

Nelissa Peralta, mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará, é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé, AM).

Edna Ferreira Alencar, doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, é professora da Universidade Federal do Pará.

NOTAS

- 1 Empoderamento (*empowerment*) pode ser caracterizado como maior igualdade de poder de decisão tanto em esferas domésticas como em esferas públicas.
- 2 A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) está localizada na região do Médio Solimões, estado do Amazonas. Possui uma área de 1.124.000ha que abrange os municípios de Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa e Maraã. Foi criada em 1990 pelo governo do estado do Amazonas com o objetivo de assegurar a preservação do ecossistema de várzea amazônica. É um modelo inovador de unidade de conservação que busca integrar atividades de preservação ambiental com medidas de intervenção social e econômica que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população, com base em ampla participação comunitária.
- 3 O termo comunidade foi introduzido pela Igreja Católica nos anos 70 através das ações do MEB (Movimento de Educação de Base), que incentivou as famílias que viviam dispersas a se juntarem em povoados e a formarem uma organização comunitária. O conceito de comunidade remete à organização política dos moradores com forte apelo a uma ideologia comunitária. Na concepção local a comunidade remete a um conjunto de pessoas que partilham um território, realizam ações conjuntas e possuem uma forma de representação política na figura do presidente da comunidade (Faulhaber 1987; Lima 2000; Alencar 2007).
- 4 As comunidades estudadas receberão os nomes fictícios de Boa Nova e Jacundá.
- 5 *Varjeiro* é a denominação regional para o indivíduo que reside na várzea e utiliza os seus recursos.
- 6 As várzeas são terras situadas às margens dos rios de águas brancas que sofrem inundação no período do inverno, quando ocorrem as cheias dos rios. Ocupam cerca de 1,5 % de toda a planície Amazônica e se estendem numa área de 65 mil km² em território brasileiro com uma largura que varia de 25 a 200 quilômetros (Porro 1995: 13).
- 7 Nessa região da Amazônia a farinha de mandioca e o peixe são a base da alimentação das famílias. As mulheres são as principais responsáveis pela produção de farinha (Lima-Ayres 1992; Alencar 2002).
- 8 No ano de 1996 constatou-se que 38% da população maior de 15 anos era analfabeta (Moura e Queiroz 2003).
- 9 A programação é uma combinação de visitas às trilhas e lagos para observação da fauna, visitas às estações de pesquisa, onde os hóspedes podem interagir com pesquisadores que atuam na área, e visita às comunidades locais para conhecer e entender o modo de vida das populações. As visitas às comunidades são conduzidas por comunitários que identificaram os atrativos existentes em cada comunidade, segundo sua própria visão de atratividade, e estabeleceram regras de conduta para os turistas durante estas visitas. As comunidades desenvolveram calendários anuais das atividades tradicionais vistas como atrativos, como a colheita da mandioca, a fabricação da farinha, as festas dos padroeiros etc.
- 10 A maioria dos turistas recepcionados na Pousada é de estrangeiros (70%). Destes, os americanos (20%), britânicos (8%) e alemães (6%) são os que mais procuram Mamirauá. A maior demanda é de brasileiros (30%) e americanos (20%). Os 50% restantes da demanda são distribuídos em 38 nacionalidades. A demanda de turistas para visitar a Reserva Mamirauá se deve aos seus atrativos naturais, culturais e científicos.

- 11 As normas de conduta estão relacionadas ao respeito às normas de uso dos recursos naturais dentro da Reserva, à participação das comunidades em reuniões do setor e à forma de atuação da comunidade em relação à proteção da Reserva.
- 12 O projeto de ecoturismo iniciou sua fase de planejamento e implantação em 1998, mas a infra-estrutura da Pousada Uacari foi finalizada em 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Edna. 1991. *Companheiras, Pescadeiras e Perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis (MA)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- _____. 1993. "Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras". In L. G. Furtado, W. Leitão e A. Mello (orgs). *Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. F. Belém: MPEG (Coleção Eduardo Galvão).
- _____. 2002. *Terra Caída: encanto, lugares e identidades*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.
- _____. 2007. "História da Ocupação Humana e Mobilidade de Comunidades Rurais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Relatório Final". Tefé (AM): Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá / MCT - Sociedade Civil Mamirauá.
- AMIN, Sajeda. 1995. "The Poverty-Purdah Trap in Rural Bangladesh: implications for women's roles in the family". *Working Paper 75*. New York: Population Council Research Division.
- AMIN, Sajeda; Ian DIAMOND; Ruchira NAVED; Margaret NEWBY. 1997. "Transition to Adulthood of Female Factory Workers: some evidence from Bangladesh". *Working Paper 102*. New York: Population Council Research Division.
- ARMSTRONG, Chris. 2002. "Complex Equality: beyond equality and difference". *Feminist Theory* 3(1): 67–82.
- BOSERUP, Esther. 1970. *Women's Role in Economic Development*. London: Allen & Unwin.
- BRUSEKE, F. J. 1995. "O Problema do Desenvolvimento Sustentável". In C. Cavalcanti (org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez.
- CAMPBELL, Lisa, M. 1999. "Ecotourism in Rural Developing Communities". *Annals of Tourism Research* 26(3): 534-553.
- CARDOSO, Denise Machado. 2002. "Mulher, Pesca e Ambiente". XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, BA.
- CARVALHO, Luiza. 1996. *Female-Maintained Household: a case study in Brasília, Brazil*. Ph.D Dissertation. United Kingdom: University of Essex.

_____. 1998. A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar. *Estudos Feministas* 6(1): 7-33.

CEBALLOS-LASCURAIN, Hector. 1991. "Tourism, Ecotourism and Protected Areas". *Parks* 2(3): 31-35.

CHAYANOV, Alexander V. 1966. *The Theory of Peasant Economy*. Homewood, Illinois: The American Economic Association.

DRUMMOND, José Augusto. 2002. "Natureza Rica, Povos Pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea". *Ambiente & Sociedade* 10: 45-68.

EAGLES Paul. F. J. 1994. "Understanding the Market for Sustainable Tourism". In Stephen McCool & Alan Watson (comps.) *Linking Tourism, the Environment, and Sustainability*: compiled papers from a special session of the Annual Meeting of the National Recreation and Park Association, 1994. Minneapolis, MN.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. 1994. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília: Embratur.

FRAXE, Teresinha. J. P. 2000. *Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume.

FURTADO, Lourdes. 1990. "Le Statut de la Femme dans les Sociétés de Pêcheurs en la Amazonie: recit d'une experience au Pará (Brésil)". Seminaire "Les Fonctions des Femmes dans les Sociétés de Pêcheurs". Paris: CETMAR/CNRS.

GOLDANI, A. M. 1994. "As Famílias Brasileiras: mudanças e perspectivas". *Cadernos de Pesquisa* 91: 7-22.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. 1979. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HINDIN, Michelle J. & Linda S. Adair. 2002. "Who's at Risk? Factors associated with intimate partner violence in the Philippines". *Social Science and Medicine* 55(8): 1387-1401.

KABEER, Naila. 1994. *Revised Realities: gender hierarchies in development thought*. London & New York: Verso.

_____. 1997. "Women, Wages and Intra-Household Power Relations in Urban Bangladesh". *Development and Change* 28(2): 261-302.

LIMA-AYRES, Deborah. 1992. The Social Category *Caboclo*: history, social organization, identity and outsider's local social classification of the rural population of an Amazonian region. Ph.D Dissertation. Cambridge: University of Cambridge.

MANESCHY, Maria Cristina e Marineide Pereira Almeida. 2002. "Tornar-se Pescadoras: associação de mulheres e constituição de sujeitos políticos". In Jean Hebette, Sônia Barbosa Magalhães, Maria Cristina Maneschky e Maria da Conceição D'Incao (orgs.) *No Mar, nos Rios e na Fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa.

MASSI, Marina. 1992. "A Mulher como Centro do Cotidiano: o cotidiano como lugar da reprodução ideológica do social". In *Vida de Mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro: Imago.

MATHIESON, Alister e Geoffrey Wall. 1982. *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. London: Longman.

MERRICK, Thomas & Marianne Schmink. 1983. "Household Headed by Women and Poverty in Brazil". In M. Buvunic, M. Lyncette & W. McGreevey (eds.) *Women and Poverty in the Third World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

MOSES, J. C. 1993. *Half the World, Half a Chance: an Introduction to Gender and Development*. Oxford: Oxfam.

MOTTAMAUÉS, Maria Angélica. 1993. "*Trabalhadeiras*" e "*Camarados*": relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFGA (Coleção Igarapé).

PAUL-MAJUMDER, Pratima & Anwara Begum. 2000. "The Gender Imbalances in the Export Garment Industry in Bangladesh: Policy Research Report on Gender and Development". *Working Paper Series* 12. Washington, DC: World Bank.

PEARSON, Ruth. 1992. "Gender Matters in Development" In Tim Allen & Alan Thomas (eds.) *Poverty and Development in the 1990's*. Oxford: Oxford University Press.

PERALTA, Nelissa. 2002. "Implantação do Programa de Ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil": *Ciência e Tecnologia* 2(2): 169-193. Rio Claro: OLAM / Aleph.

_____. 2005. Os Ecoturistas estão Chegando. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

QUEIROZ, Helder e Edila Moura. 2003. "Investimentos das Pesquisas na Melhoria da Qualidade de Vida das Populações Ribeirinhas". Tefé (AM): IDSM. Manuscrito.

RAMAMURTHY, Priti. 2000. "Indexing Alternatives. Feminist development studies and global political economy". *Feminist Theory* 1(2): 239-256.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. 1988. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV.

SACHS, Ignacy. 1993. *Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Fundap/Studio Nobel.

SAHLINS, Marshall. 2004. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ.

SEN, Amartya. 1999. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras.

SIMONIAN, Ligia. 1997. "Insustentabilidade do Extrativismo da Madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual, perspectivas". Simpósio Internacional Amazônia XXI. Agenda e Estratégias de Sustentabilidade, 14-17/09/97. Belém: NAEA/UFPA; UNAMAZ.

SOUSA, Marília. 1997. A Participação Política de Homens e Mulheres na Implantação de uma Reserva Ecológica na Amazônia: papéis sociais, divergências e convergências. Monografia de Especialização em Teoria Antropológica. Belém: UFPA.

SUAREZ, Mireya S. 1997. "A Problematização das Diferenças de Gênero e a Antropologia". In Neuma Aguiar (org.) *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.

USAID. 2006. "Women in the Economy: a review of recent literature". Disponível em <http://pdf.usaid.gov/pdfdocs/PNADJ328.pdf>. Acesso em agosto de 2006.

WALLACE, George N. & Susan M. Pierce. 1996. "An Evaluation of Ecotourism in Amazonas, Brazil". *Annals of Tourism Research* 23(4): 843-873.

WEAVER, David B. 1999. "Magnitude of Ecotourism in Costa Rica and Kenya". *Annals of Tourism Research* 26(4): 792-816.

WHITE, Sarah. 1992. *Arguing with the Crocodile: gender and class in Bangladesh*. Dhaka: University Press Ltd.

WILKINSON, Paul. F. & Wiwik Pratiwi. 1995. "Gender and Tourism in an Indonesian Village". *Annals of Tourism Research* 22(2): 283-299.

WOORTMAN, Ellen. 1991. "Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste". *Série Antropologia* 111. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.

Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero

RESUMO

O ecoturismo tem sido desenvolvido com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, principalmente em áreas rurais, mas há poucas pesquisas analisando o que os projetos representam para os indivíduos. O artigo discute as mudanças sociais na esfera doméstica da unidade domiciliar principalmente no que se refere ao papel da mulher e às relações entre gêneros. A pesquisa foi realizada em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável na região do Médio Solimões, utilizando como metodologia a observação participante e entrevistas abertas. Os resultados da pesquisa demonstram que o ecoturismo gerou renda de forma significativa, aumentando em 148% o poder de compra em uma das comunidades estudadas. O acesso à renda provocou maior independência econômica para as mulheres, maior poder na alocação de recursos, maior acesso a redes de comunicação fora da esfera doméstica e maior reflexão sobre as desigualdades entre os gêneros, mas não necessariamente uma diminuição destas desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: ecoturismo, gênero, mudança social.

Ecotourism and Social Change in Rural Amazon: effects on the role of women and gender relations

ABSTRACT

Ecotourism has been developed to improve the living standards of local people, especially in rural areas, but there are few researches analyzing what such projects represent to individuals within households. This article discusses social change in the domestic sphere, especially in reference to the role of women and gender relations. The research was carried out in a protected area (Sustainable Development Reserve) in the Middle Solimões River region. The methods employed were participant observation and open-ended interviews. The research demonstrated that ecotourism generated significant income, raising domestic income in 148% in one of the villages studied. Access to income and wage employment gave more economic independence to women, more power in allocating domestic resources, and better access to communication networks outside the domestic sphere. It also promoted discussions about the inequalities in gender relations, but it failed to incite a decrease of such inequalities.

KEYWORDS: ecotourism, gender, social change.

Recebido em 26/11/2006
Aprovado em 14/10/2008

